

RESENHA

BRAYNER, Flávio. **Educação e Republicanismo**: experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília: Laber Editora, 2008.

SILVA, Margareth Aparecida

No Brasil, a obra de Hannah Arendt teve uma repercussão forte, primeiramente no campo do Direito e da Ciência Política, considerada uma referência no estudo das esferas pública e privada. Na educação é recente o interesse dos estudiosos por sua obra, o que não surpreende considerando que a autora escreveu pouco sobre educação. Apenas um artigo escrito em 1958, no livro *Entre o Passado e o Futuro*, denominado *A crise na Educação*. Neste artigo a autora chama a atenção sobre a tendência de não se perceber a profundidade e o caráter político na educação, a tendência de tratar a crise por dentro, como se sua origem fosse exclusivamente interna. Arendt está preocupada em analisar os reflexos da crise do mundo moderno sobre a educação. Para o professor Jose Sérgio Fonseca de Carvalho, do Departamento de Educação da USP, este ensaio de Arendt é “*uma das coisas mais lúcidas que já se escreveu sobre a educação no século XX*” (CARVALHO, 2009):

O livro **Educação e Republicanismo** – *experimentos arendtianos para uma educação melhor*, de Flávio Brayner, é uma coletânea de ensaios inspirados no pensamento de Hannah Arendt, apresentando uma magistral reflexão sobre a crise da educação, revelando a atualidade da autora e a necessidade de tornar visíveis seus conceitos no campo educacional.

Flávio Brayner apresenta e defende a idéia de uma educação republicana no sentido em que esta pode se encarregar de retomar a relação entre a Educação e o Espaço Público, na acepção arendtiana do termo, ou seja, no espaço em que os seres humanos tornam-se visíveis uns aos outros porque são capazes de argumentar, decidir, propor, inquirir e julgar. Entretanto, aqui é importante comentar que para Arendt os adultos e a educação devem defender as crianças das ameaças do mundo. O que interessa a Arendt é a relação daqueles que chegam ao mundo, os novatos e o mundo dos adultos.

Sobre a exclusão o autor alerta para o risco de se pensar a exclusão somente pelo seu

lado perceptível, ou seja, a exclusão econômica e social. Detém-se nesta parte do livro a mostrar que o ser humano não nasce com um núcleo interno humano, mas é produzido no interior das comunidades de sentido (BERGER; LUCKMANN, 2005), no interior das relações intersubjetivas, que antecedem a subjetividade. Sugere que a questão da exclusão deve ser tratada pelo ângulo bem mais grave que é o de ser expulso desta comunidade de sentido, porque é por meio desta exclusão, como no exemplo nazista evidenciado por Arendt (2007) que se eliminam as identidades e, com elas, a capacidade de enxergar no outro, o igual.

No artigo “*Cidadania e Educação republicana: um projeto inacabado*”, a autor analisa a relação muitas vezes teórica e de difícil articulação prática, entre Educação e Cidadania. Sobretudo a expressão cidadania, carregada de sentido histórico e vista pelos autores da esquerda como a consubstanciação política e jurídica da ordem burguesa, em que os conflitos de classe cedem lugar ao indivíduo de direitos. O autor desenvolve a relação que a educação guarda com a filosofia política, ressaltando a inversão do nosso tempo. Se antes os progressistas trouxeram para a arena de debate educativo, as injunções sociais e os conflitos políticos, deixaram de fora temas relativos ao ensino no interior da escola e da sala de aula, deslocando e anexando a educação como epifenômeno da luta de classe. A inversão se dá exatamente em função do fim das utopias da sociedade do trabalho e o desgaste sofrido pelas macros-sociologias da educação, com a emergência da perspectiva micrológica, centrada no interior do processo de aprendizagem e na formação do aluno-cidadão. Eis aqui o cerne do projeto republicano inacabado que precisa ser completado, indo bem além, do ler, escrever e contar para constituir-se no falar, no pensar e no julgar, como elementos definidores de uma relação da escola com a vida civil plena.

O projeto de construção da nação de origem francesa é revisitado e nele o autor identifica a insuficiência da república moderna

para instaurar a idéia de soberania popular como nova forma de legitimidade de poder. Além do povo, nem Deus, nem o Rei e nem a Tradição. Entretanto, o perigo eminente da ignorância das massas revigora o debate escolar. Daí a importância da escola pública para fornecer as virtudes republicanas, o sentimento de pertencimento e a promessa da fraternidade. Traça um perfil da realidade brasileira e seus paradoxos, alertando para a incapacidade das grandes teorias de lidar com as questões atuais da educação. As questões atuais que aqui podemos chamar de crise na educação é analisado por Arendt em seu ensaio sobre a educação como consequência da perda de significações comuns.

Para o autor, a ausência de um projeto de escola republicana e de um projeto nacional apoiado na idéia de soberania popular, trouxe sérias consequências para a educação que hoje se encontra sem referências concretas, sem um passado para se apoiar e sem um futuro que a inspire. Num contexto marcado por paradoxos e contradições, a história registra algumas experiências democráticas de educação, visíveis a partir da Era Vargas. Entretanto, os resultados foram perversos e as desigualdades não resolvidas. Criticando a perspectivas e os princípios da Escola Nova, o autor denuncia que tais princípios diziam mais sobre o multiculturalismo e menos sobre a questão das desigualdades.

O autor alerta sobre as consequências para a escola, da indiferenciação das fronteiras que limitavam os espaços públicos e privados e, aquelas que separam a vida adulta do mundo infantil. A sociedade capitalista, com a socialização crescente da vida privada e a emergência das massas, coloca em risco permanente o sentido da esfera pública, e da existência do sujeito. O autor chama a atenção para um paradoxo contemporâneo importante: justamente no momento de pulverização do espaço público é que a proposta de educar para a cidadania torna-se mais evidente, atribuindo à escola papéis irrealizáveis que dificulta o fazer pedagógico e destrói toda a intenção da qualidade, necessária ao reembolso da dívida política. Não bastam soluções de acesso e ampliação da escolarização. A ausência de encontro entre os seres humanos para falar, pensar e julgar torna improvável a educação republicana.

Discutindo as teorias do fim da infância, o autor analisa os vários significados que a infância adquiriu ao longo da história. Detêm-se no aspecto da modernidade tardia e suas consequências, mostrando a capacidade que tem hoje as crianças de dominar códigos de linguagens, passando a ter acesso a um mundo reservado aos adultos, mesmo antes de aprender a ler. As barreiras que separavam os dois mundos, adulto e criança, tendem fortemente a desaparecer. Para o autor, é aí que reside a justificativa para a expressão criança-cidadã, e identifica este fato com um movimento de desresponsabilização e de enfraquecimento da antiga ética do dever, pondo fim não somente a infância, mas a própria pedagogia.

Reconhecendo a importância que o pensamento gramsciano para as reflexões pedagógicas dos anos 80, abstraindo deste autor o conceito de senso comum, o autor assume, porém, que é na filosofia política de Hannah Arendt que ele encontra a definição precisa do termo. Ou seja, não uma verdade apolítica e não sujeita à argumentação. Frequentemente pensamos em senso comum como algo em oposição ao conhecimento científico. Para Hannah Arendt, senso comum são experiências e significações compartilhadas. A *“passagem da verdade racional para a opinião implica a passagem do homem no singular para os homens no plural”* (ARENDR, 2007, p. 15). Afirma que o sentido que o termo tem para as questões da educação, está em considerá-lo um acordo na diversidade de vários pontos de vista sobre um mundo partilhado, na tentativa plural de dar significado às experiências *no* e *com* o mundo, no exercício de constituição do espaço público.

O esboça sua proposta e sua defesa de um republicanismo escolar. A escola, como instituição pública e hierárquica, é um espaço político de criação de interesses comuns. A sala de aula é o espaço em que o mundo é apresentado ao recém-chegado e, portanto, não é o espaço da política. O espaço de constituição da política é o espaço do adulto, no sentido em que este pode qualificar sua fala por meio da experiência, da troca de opiniões, da deliberação e da responsabilidade com o mundo. Elementos da fala, do pensamento e do julgamento podem e devem estar presentes na sala de aula, como exercício de constituição de interesses comum, de assuntos de dizem respeito à vida das crianças e sua relação com a escola. Para o autor uma escola

republicana e democrática é aquela que restituiria a dívida política, fornecendo competências para que os indivíduos possam participar das decisões políticas. Entretanto, participação qualificada, para evitar manipulação e argumentação vazia, o que torna a democracia frágil. A qualidade passa pelo exercício do encontro entre plurais, ou seja, entre todos, e não somente entre aqueles excluídos dos processos de inserção social.

Finalmente, o autor conclui que, apesar de todas as expectativas não realizadas pela escola moderna, isto não significa o seu fracasso, indicando apenas ser um projeto inacabado. O efeito mais perverso de todo este processo é o silêncio e a invisibilidade daqueles que não tiveram acesso aos instrumentos para *tornar-se alguém*. E lembra que é na escola da elite que estudam os teóricos da escola cidadã, os críticos da exclusão social.

Ao considerar as reflexões sobre a coletânea de ensaios de Flávio Brayner, entendemos que muito do que se produziu em termos do pensamento educacional no Brasil, está em contradição com o contexto do surgimento da República e sua promessa de constituir um governo sob as bases da soberania popular. O projeto continua inacabado e, sob a expressão da cidadania as soluções são deliberadas sob o signo da dívida social, reproduzindo assim a condição de necessidade e de carência. A distância entre as teorias e as experiências, revela as mesmas distâncias entre a escola de elite e a escola popular, reproduzindo o processo de exclusão, só possível de ser solucionado por meio do exercício das capacidades republicanas e democráticas, ou seja, o falar, o pensar e o julgar. Atividade que pode a escola exercer.

Por tratar-se de uma perspectiva política e filosófica inspirada em uma autora pouco conhecida do público acadêmico, sobretudo, no

campo educacional, esta coletânea de ensaios poderá revelar um novo modo de ver e pensar a crise na educação. Entretanto, pode-se considerar que alguns conceitos carecem de um maior aprofundamento, sobretudo aqueles que relacionam educação, espaço público e senso comum. Por esta razão, é possível que o leitor se perca ao buscar entender o que o autor chama de *republicanismo escolar* e a distinção entre a *escola e sala de aula*, indispensável para a compreensão do caráter conservador de sua proposta. É importante ressaltar que a ausência de notas e referências poderá causar certa angústia nos leitores e pesquisadores que desejarem aprofundar seus estudos em relação ao tema proposto. Isso, entretanto, não invalida a importância de suas reflexões sobre a educação, principalmente a sua tentativa de apresentar aos educadores a profundidade e a urgência que, a nosso ver, possui as reflexões de Hannah Arendt para se pensar o mundo moderno e a educação dentro dele.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Ed. Cia.das Letras, 2007.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRAYNER, Flávio. **Educação e republicanismo**: experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília. Laber Editora, 2008.

CARVALHO, José Sergio Fonseca de. **Hannah Arendt**. In: Pensadores e a Educação. USP. ATTA Mídia e Educação. 2009.